

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ



Demonstrações Financeiras
em
31 de dezembro de 2023

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
3.1. Principais políticas contabilísticas.....	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	11
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	17
4. Ativos Fixos Tangíveis	18
5. Ativos Intangíveis	19
6. Custos de Empréstimos Obtidos	20
7. Inventários	20
8. Rendimentos.....	20
9. Subsídios, doações e legados à exploração	21
10. Instrumentos Financeiros	21
11. Benefícios dos empregados	21
12. Acontecimentos após data de Balanço.....	22
13. Outras Informações	22
13.1. Créditos a receber.....	23
13.2. Diferimentos	23
13.3. Caixa e Depósitos Bancários	24
13.4. Fundos Patrimoniais	24
13.5. Fornecedores	24
13.6. Estado e Outros Entes Públicos	25
13.7. Outros Passivos correntes.....	25
13.8. Fornecimentos e serviços externos	25
13.9. Outros rendimentos.....	26
13.10. Outros gastos	27
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27

Balço

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	243 079,52	281 894,24
Ativos intangíveis	5	268,50	1 652,34
Investimentos financeiros	10	10 054,86	10 715,22
Subtotal		253 402,88	294 261,80
Ativo corrente			
Inventários	7	17 511,91	16 536,02
Créditos a receber	13.1	60 633,83	44 484,38
Estado e outros entes públicos	13.6	4 625,66	5 168,50
Diferimentos	13.2	17 746,22	17 451,27
Caixa e depósitos bancários	13.3	619 864,89	875 996,39
Subtotal		720 382,51	959 636,56
Total do Ativo		973 785,39	1 253 898,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	13.4	866 253,38	866 253,38
Resultados transitados	13.4	(186 100,04)	97 743,81
Resultado líquido do período		(225 534,46)	(283 843,85)
Total dos fundos patrimoniais		454 618,88	680 153,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	198 171,64	198 171,64
Subtotal		198 171,64	198 171,64
Passivo corrente			
Fornecedores	13.5	44 153,09	62 804,49
Estado e outros entes públicos	13.6	38 286,33	37 564,87
Diferimentos	13.2	29 591,25	53 494,27
Outros passivos correntes	13.7	208 964,20	221 709,75
Subtotal		320 994,87	375 573,38
Total do passivo		519 166,51	573 745,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		973 785,39	1 253 898,36

Lisboa, 1 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente

Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente

Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	929 555,36	1 106 745,01
Subsídios, doações e legados à exploração	9	887 775,21	692 070,25
ISS, IP - Centros Distritais		839 937,47	628 710,63
Outros		47 837,74	63 359,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(56 319,31)	(45 674,95)
Fornecimentos e serviços externos	13.8	(592 399,92)	(636 375,62)
Gastos com o pessoal	11	(1 400 714,27)	(1 416 107,78)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	921,73	(4 312,47)
Outros rendimentos	13.9	61 289,27	83 832,79
Outros gastos	13.10	(3 763,94)	(6 842,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(173 655,87)	(226 665,16)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(51 878,59)	(57 178,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(225 534,46)	(283 843,85)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Resultados antes de impostos		(225 534,46)	(283 843,85)
Resultado líquido do período		(225 534,46)	(283 843,85)

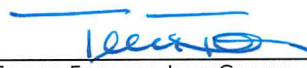
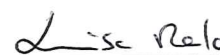
Lisboa, 1 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente

Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente

Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro

Demonstração dos Resultados por Funções

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

	Notas	Creche	Pré Escolar	1º CEB	PERÍODOS	
					2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados		158 116,51	414 645,51	356 793,34	929 555,36	1 106 745,01
Custo das vendas e dos serviços prestados		(534 101,85)	(500 914,99)	(325 268,02)	(1 360 284,86)	(1 376 955,76)
Resultado bruto		(375 985,34)	(86 269,48)	31 525,32	(430 729,50)	(270 210,75)
Outros rendimentos		591 183,08	347 669,39	13 818,51	952 670,98	777 203,04
Gastos administrativos		(226 371,59)	(309 688,26)	(153 088,79)	(689 148,64)	(721 202,59)
Outros gastos		(18 739,23)	(26 891,53)	(12 696,54)	(58 327,30)	(69 633,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(29 913,08)	(75 179,88)	(120 441,50)	(225 534,46)	(283 843,85)
Resultados antes de impostos		(29 913,08)	(75 179,88)	(120 441,50)	(225 534,46)	(283 843,85)
Resultado líquido do período		(29 913,08)	(75 179,88)	(120 441,50)	(225 534,46)	(283 843,85)

Lisboa, 1 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

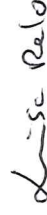
A DIREÇÃO



Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
 Presidente



Teresa Fonseca Janz Gueira
 Vice-Presidente



Maria Luísa Nunes Ralo
 Tesoureiro

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		-	-	866 253,38	125 478,79	-	(0,00)	(27 734,98)	963 997,19	963 997,19	
2 APLICAÇÃO DE RESULTADOS					(27 734,98)			27 734,98	-	-	
4 Transferência de resultados do exercício para resultados transitados									(283 843,85)	(283 843,85)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									(283 843,85)	(283 843,85)	
5=3+4 RESULTADO INTEGRAL									(283 843,85)	(283 843,85)	
7=1+2+5+6 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		-	-	866 253,38	97 743,81	-	(0,00)	(283 843,85)	680 153,34	680 153,34	-

Lisboa, 1 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO



Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente



Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente



Maria Luísa Nunes Ralo
Tesoureiro

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	-	-	866 253,38	97 743,81	-	(0,00)	(283 843,85)	680 153,34	-	680 153,34
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	2				(283 843,85)			283 843,85	-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4							(225 534,46)	(225 534,46)		(225 534,46)
RESULTADO EXTENSIVO	5=3+4							(225 534,46)	(225 534,46)		(225 534,46)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	7=1+2+5+6	-	-	866 253,38	(186 100,04)	-	(0,00)	(225 534,46)	454 618,88	-	454 618,88

Unidade Monetária: Euros

Lisboa, 1 de março de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Oliveira

Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO

João Jardim

Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente

Teresa Fonseca

Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente

Luisa Nunes

Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		929 362,70	1 085 577,99
Pagamento a fornecedores		(678 084,62)	(659 454,33)
Pagamentos ao pessoal		(876 912,64)	(861 172,95)
Caixa gerada pelas operações		(625 634,56)	(435 049,29)
Outros recebimentos/pagamentos		383 347,14	234 544,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(242 287,42)	(200 504,83)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(13 844,08)	(3 897,21)
Ativos intangíveis		-	(805,34)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	14 500,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(13 844,08)	9 797,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		(256 131,50)	(190 707,38)
Caixa e seus equivalentes no início do período		875 996,39	1 066 703,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.3	619 864,89	875 996,39

Lisboa, 1 de março de 2024

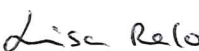
O CONTABILISTA CERTIFICADO


 Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


 Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
 Presidente


 Teresa Fonseca Janz Guerra
 Vice-Presidente


 Maria Luisa Nunes Ralo
 Tesoureiro

Anexo

(Quantias estão expressas em euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

Este documento contém as divulgações pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em referência ao exercício de 2023.

1. Identificação da Entidade

A Associação Ester Janz, pessoa coletiva de utilidade pública, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1982 sob a forma de Instituição particular de solidariedade social, com sede na Avenida Infante D. Henrique, 286, Cabo Ruivo, em Lisboa.

A Associação Ester Janz visa a educação e formação de crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento harmonioso integral e o seu âmbito de ação abrange a freguesia de Marvila e áreas limítrofes do concelho de Lisboa. Tem como atividades principais a Creche, Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 1 de março de 2024.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 142/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que instituiu o ESNL; A instituição adota as NCRF – ESNL na preparação das Demonstrações Financeiras desde 2012, sendo as Demonstrações Financeiras deste exercício comparáveis e consistentes com as preparadas e apresentadas no exercício anterior.

3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por Acréscimos e Diferimentos”.

3.1.4. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes

para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.7. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

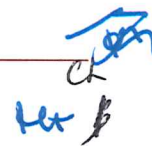
Imparidade

A instituição avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a instituição estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.



3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos acima em ativos fixos tangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis.

- Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

3.2.3. Investimentos Financeiros

As entregas mensais para o FCT (Fundo de compensação do trabalho), efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o último preço de compra.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando as instituições se constituem parte na respetiva relação contratual.

No final do ano a instituição avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros:

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. A imparidade é determinada com base nos critérios acima definidos.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Reservas especiais que incluem os resultados dos exercícios até 2007;
- Resultados transitados;
- Subsídios, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Provisões

Esta rubrica reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se esperam que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não refletem riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

3.2.9. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de gastos com o pessoal:

- Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.



3.2.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a instituição se constitui parte na respetiva relação contratual.

3.2.11. Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas. Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a instituição, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade de saldo a receber, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

3.2.12. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Direção utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da instituição são como segue:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela instituição.

- Reconhecimento de prestações de serviços e de gastos inerentes

A Entidade reconhece os réditos e os respetivos gastos no momento em que os mesmos se tornam efetivos, ou seja, no momento em que a prestação de serviços é efetuada ou o gasto é realizado.

A utilização deste método requer que a entidade estime:

- Os réditos de serviços a prestar inerentes aos gastos efetivos já registados;
- Os gastos a reconhecer inerentes a serviços já prestados e já totalmente reconhecidos como rédito do exercício.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

A instituição constitui imparidades para clientes sobre os créditos vencidos há mais de seis meses, onde calcula um ajustamento de 100% da dívida vencida.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 179 479,50	3 964,56	-	-	-	2 183 444,06
Equipamento básico	377 840,79	2 166,96	-	-	-	380 007,75
Equipamento de transporte	185 920,83	-	(172 720,83)	-	-	13 200,00
Equipamento administrativo	92 735,21	1 365,86	-	-	-	94 101,07
Ativos fixos tangíveis em curso	29 882,21	-	-	-	-	29 882,21
Total	2 865 858,54	7 497,38	(172 720,83)	-	-	2 700 635,09
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 903 700,00	43 640,52	-	-	-	1 947 340,52
Equipamento básico	356 415,70	10 508,73	-	-	-	366 924,43
Equipamento de transporte	185 920,83	-	(172 720,83)	-	-	13 200,00
Equipamento administrativo	89 629,97	1 645,93	-	-	-	91 275,90
Total	2 535 666,50	55 795,18	(172 720,83)	-	-	2 418 740,85
VALOR LIQUIDO	330 192,04	-	-	-	-	281 894,24

EF
CL
MT \$

31 de dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 183 444,06	6 052,38	-	-	-	2 189 496,44
Equipamento básico	380 007,75	2 578,10	-	-	-	382 585,85
Equipamento de transporte	13 200,00	-	-	-	-	13 200,00
Equipamento administrativo	94 101,07	3 049,55	-	-	-	97 150,62
Ativos fixos tangíveis em curso	29 882,21	-	-	-	-	29 882,21
Total	2 700 635,09	11 680,03	-	-	-	2 712 315,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 947 340,52	41 115,41	-	-	-	1 988 455,93
Equipamento básico	366 924,43	6 956,28	-	-	-	373 880,71
Equipamento de transporte	13 200,00	-	-	-	-	13 200,00
Equipamento administrativo	91 275,90	2 423,06	-	-	-	93 698,96
Total	2 418 740,85	50 494,75	-	-	-	2 469 235,60
VALOR LIQUIDO	281 894,24	-	-	-	-	243 079,52

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Programas de Computador	34 328,17	805,34	-	-	-	35 133,51
Total	34 328,17	805,34	-	-	-	35 133,51
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	32 097,66	1 383,51	-	-	-	33 481,17
Total	32 097,66	1 383,51	-	-	-	33 481,17
VALOR LIQUIDO	2 230,51	-	-	-	-	1 652,34

31 de dezembro de 2023						
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Programas de Computador	35 133,51	-	-	-	-	35 133,51
Total	35 133,51	-	-	-	-	35 133,51
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	33 481,17	1 383,84	-	-	-	34 865,01
Total	33 481,17	1 383,84	-	-	-	34 865,01
VALOR LIQUIDO	1 652,34	-	-	-	-	268,50

Os programas de computador não são propriedade da Associação Ester Janz a qual se limita a ter os respetivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	-	198 171,64	198 171,64	-	198 171,64	198 171,64
Total	-	198 171,64	198 171,64	-	198 171,64	198 171,64

Os empréstimos respeitam a um montante cedido pelos fundadores da Associação Ester Janz quando da sua constituição para cobrir as despesas iniciais.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	22 654,83	3 075,50	-	16 536,02	11 650,80	697,42	17 511,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	36 480,64	-	-	44 946,98	-	-
...							
Total	22 654,83	39 556,14	-	16 536,02	56 597,78	697,42	17 511,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				45 674,95			56 319,31

8. Rendimentos

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	15 163,00	14 145,50
Prestação de Serviços	914 392,36	1 092 599,51
Mensalidades	820 367,30	1 005 208,85
Outras actividades	88 925,06	81 661,66
Quotas e Jóias	5 100,00	5 729,00
Subsídios à exploração	887 775,21	692 070,25
Outros rendimentos	61 289,27	83 832,79
Total	1 878 619,84	1 882 648,05

9. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2023	2022
Subsídios, doações e legados à exploração	887 775,21	692 070,25
Subsídios á Exploração	876 615,33	677 070,25
ISS, IP - Centros Distritais	839 937,47	628 710,63
IEFP	22 856,81	45 639,62
IAPMEI	-	1 690,00
MUN LISBOA	13 821,05	1 030,00
Donativos	11 159,88	15 000,00

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 estavam incluídos nesta rubrica, investimentos efetuados no Fundo de Compensação do Trabalho, definidos na Lei 70/2013 e que destinam a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros da Direção, nos últimos dois anos, foi de 3, de acordo com os Estatutos da Associação.

Os membros da direção da Associação Ester Janz não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2023 foi de 70 e em 31/12/2022 foi de 69.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	1 127 522,92	1 115 871,71
Indemnizações	1 365,92	30 822,54
Encargos sobre as Remunerações	250 422,40	245 703,39
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 925,78	12 089,13
Outros Gastos com o Pessoal	9 477,25	11 621,01
Total	1 400 714,27	1 416 107,78

12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em Assembleia Geral da Associação Ester Janz em 28 de março de 2023.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c	10 055,34	13 960,65
Utentes	10 055,34	13 960,65
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	64 661,38	65 583,11
Utentes	64 661,38	65 583,11
Perdas por imparidade acumuladas	(64 661,38)	(65 583,11)
Utentes	(64 661,38)	(65 583,11)
Outras contas a receber	50 578,49	30 523,73
Adiantamentos ao pessoal	-	243,19
Outras operações com pessoal	-	240,30
Devedores por acréscimos de rendimentos	38 952,30	20 928,82
Outros Devedores	11 626,19	9 111,42
Total	60 633,83	44 484,38

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2023	2022
Utentes	(2 684,77)	(5 612,47)
Total	(2 684,77)	(5 612,47)

Reversões do período

Descrição	2023	2022
Utentes	3 606,50	1 300,00
Total	3 606,50	1 300,00

13.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros Liquidados	4 305,21	4 670,13
Rendas antecipadas	7 978,62	7 823,29
Outras despesas c/ custos diferido	5 462,39	4 957,85
Total	17 746,22	17 451,27
Rendimentos a reconhecer		
Vendas e Prestação de Serviços a reconhecer	29 591,25	33 944,45
Outros Rendimentos a reconhecer	-	19 549,82
Total	29 591,25	53 494,27

13.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	1 790,00	1 789,45
Depósitos à ordem	618 074,89	874 206,94
Total	619 864,89	875 996,39

13.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Reservas	866 253,38	-	-	866 253,38
Resultados transitados	97 743,81	-	(283 843,85)	(186 100,04)
Total	963 997,19	-	(283 843,85)	680 153,34

13.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	44 153,09	62 804,49
Total	44 153,09	62 804,49

13.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 625,66	5 168,50
Total	4 625,66	5 168,50
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	10 821,41	12 775,57
Segurança Social	27 464,92	24 486,78
Outros Impostos e Taxas	-	302,52
Total	38 286,33	37 564,87

13.7. Outros Passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Pessoal	360,00	152,47
Remunerações a pagar	360,00	152,47
Credores por acréscimos de gastos	200 451,91	210 564,02
Outros credores	8 152,29	10 993,26
Total	208 964,20	221 709,75

Os credores por acréscimo de gastos respeitam essencialmente a direitos obtidos em 2023 e a pagar em 2024, relacionados com férias e subsídio de férias do pessoal.

13.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	177 585,71	218 391,07
Exploração de Refeitórios	141 930,71	176 631,37
Atividades de utentes	35 655,00	41 759,70
Serviços especializados	127 767,62	123 622,92
Trabalhos especializados	26 356,25	23 463,41
Publicidade e propaganda	159,90	-
Vigilância e segurança	39 064,81	38 763,26
Honorários	7 753,17	6 595,58
Conservação e reparação	53 828,09	54 116,95
Serviços bancários	605,40	683,72
Materiais	17 564,43	15 369,35
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 482,87	1 617,74
Livros e documentação técnica	36,90	-
Material de escritório	6,95	1 337,15
Artigos para oferta	498,15	-
Material Didático	13 539,56	12 414,46
Energia e fluidos	38 369,50	43 611,58
Electricidade	18 150,99	20 244,28
Combustíveis	6 577,67	9 778,08
Água	13 640,84	13 589,22
Deslocações, estadas e transportes	169,00	89,20
Deslocações e estadas	169,00	83,05
Transportes de mercadorias	-	6,15
Serviços diversos	230 943,66	235 291,50
Rendas e alugueres	123 747,54	120 462,89
Comunicação	3 363,44	4 209,27
Seguros	6 984,79	7 611,34
Contencioso e notariado	365,00	30,00
Limpeza, higiene e conforto	78 350,70	82 784,35
Outros serviços	3 425,90	2 591,65
Outras Atividades	14 706,29	17 602,00
Total	592 399,92	636 375,62

13.9. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	6 552,95	17 078,66
Alienações	-	14 500,00
Correções relativas a períodos anteriores	54 031,85	51 153,82
Ganhos em inventários	697,42	-
Outros rendimentos	7,05	1 100,31
Total	61 289,27	83 832,79

13.10. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Correções relativas a períodos anteriores	2 855,93	3 953,15
Quotizações	907,00	657,00
Outros Gastos	1,01	2 232,24
Total	3 763,94	6 842,39

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 1 de março de 2024

O Contabilista Certificado



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

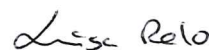
A Direção



Maria João Jardim Janz Guerra Torgal
Presidente



Teresa Fonseca Janz Guerra
Vice-Presidente



Maria Luisa Nunes Ralo
Tesoureiro